



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social.

Sub-eixo: Ênfase na questão urbana.

MERCANTILIZAÇÃO NA AMAZÔNIA E CONFLITOS PELO TERRITÓRIO EM BELÉM E BARCARENA NO ESTADO DO PARÁ: À LUZ DE GRANDES PROJETOS

SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ¹
TAYNÁH DE NAZARÉ ARGOLO MARINHO²
ANA CAROLINE DOS SANTOS FERREIRA³

Resumo: O presente artigo objetiva discutir a mercantilização do território, seus conflitos e resistências na Amazônia, particularmente em Belém e Barcarena no estado do Pará. Busca-se a partir do materialismo histórico e dialético, como suporte teórico e metodológico, revelar o que está além das aparências de um grande projeto de desenvolvimento para a Amazônia. As análises apontam que o processo de mercantilização traz como consequências o agravamento das expressões da “Questão Social” com a violação dos direitos sociais, invisibilidade das populações locais e obstrução das estratégias de reprodução social, contudo a resistência constitui a estratégia de luta pelo direito ao território.

Palavras-chave: Mercantilização; Território; Amazônia; Conflitos; Grandes Projetos.

Abstract: The present article aims to discuss the commodification of the territory, its conflicts and resistances in the Amazon, particularly in Belém and Barcarena in the state of Pará. It seeks from historical and dialectical materialism as a theoretical and methodological support to reveal what is beyond the appearances of a major development project for the Amazon. The analysis shows that the process of commodification leads to the worsening of the expressions of the "Social Question" with the violation of social rights, invisibility of the local populations and obstruction of social reproduction strategies. However, resistance constitutes the strategy to fight for the right to territory.

Keywords: Commodities; Territory; Amazon; Conflicts; Major Projects.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo discutir a mercantilização do território na Amazônia, particularmente na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), no município de Belém e nas comunidades do Distrito Industrial no município de Barcarena, ambos no estado do Pará, respectivamente. O trabalho resulta de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica da UFPA, cujo principal produto foi o Trabalho de Conclusão de

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <taynah.a.marinho@hotmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará.

³ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Pará.

Curso apresentado na Faculdade de Serviço Social (FASS), em 2017. O trabalho teve como centralidade a análise dos conflitos emergentes a partir da execução de grandes projetos nas cidades amazônicas e que passam a disputar o uso e apropriação do território nessa região, evidenciando as estratégias de resistência dos coletivos sociais que lutam pela permanência nos territórios.

Adotamos como perspectiva teórica os estudos apreendem o território a partir do seu movimento histórico, para compreender as relações contraditórias que estão nele imbricadas, e distanciar-se de uma concepção que esvazie seu sentido social, que por diversas vezes foi submetido como instrumento de controle e domínio. (SANTOS, 2006).

Assim, entendemos por território o lugar que abriga relações sociais heterogêneas e contraditórias, seja na cidade e no campo. Embora muitos estudos buscassem assinalar suas diferenças, nos interessa aprofundar as semelhanças que os envolvem no que tange ao processo de mercantilização, tendo em vista que no mundo globalizado “[...] a cidade e o campo são redefinidos pela lógica industrial e subordinados à produção e acumulação capitalista, perdendo suas características substantivas de origem” (MONTE-MÓR, 2007, p.99).

Ao longo da história a noção de território esteve vinculada a ideia de domínio de áreas estratégicas sob o controle e gestão do Estado-Nação. Entretanto, com o desenvolvimento das forças produtivas num estágio cada vez mais sofisticado de acumulação, o território vem redefinindo sua função (SANTOS, 2006). Na modernidade “[...] quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para noção pós-moderna de transnacionalização do território” (SANTOS, 2006, p. 15). Dessa forma, a gestão do território, ainda que esteja nas mãos do Estado, seu domínio político e ideológico, é controlado pelo grande capital.

Santos (2006) amplia a abordagem pragmática do território, analisando seu significado social “[...] É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (2006, p. 15). Dessa forma, o autor traz a noção de território como a “extensão apropriada e usada”,

referendando que é no “uso do território” ou “território usado” que os sujeitos ao se apropriarem passam a moldar e reconfigurar a paisagem “bruta” do espaço. Nesses termos, pode-se inferir que o território é mais do que o lugar, o espaço, é onde se exprimem e concretizam-se as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, tudo passa e se dá nele, nas palavras de Santos é “nosso quadro de vida” (2006, p. 15).

No território se concretiza a relação homem-natureza mediada pelo trabalho, esse movimento implica diretamente na transformação dos sujeitos e simultaneamente na conformação do espaço a partir da dinâmica destes com o ambiente passando a constituir o “território usado”. Sabe-se em Marx (1989), que o trabalho tem um valor de uso, e essa mesma afirmação vale para o “território usado”, pois é nele “[...] o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, p. 13). Por outro lado, o território também é valor de troca, na medida em que nos círculos da produção, converte-se em mercadoria, porquanto para o capital a terra é propriedade fundamental para que se estabeleça a produção, assim sendo o território expressa valor de uso e valor de troca.

De acordo com Lefebvre (2001, p. 86), “[...] a terra é primeiramente o grande laboratório que fornece tanto o instrumento e a matéria do trabalho, como a sua sede, o seu lugar”, daí a importância da apropriação e dominação do território para transforma-lo em ponto de produção. Reiterando esta análise Abreu afirma que:

[...] o *território*, conforme seu *uso*, possui uma relação direta com a produção de valores de uso e especialmente de troca, seja na forma de renda fundiária, seja como parte da composição orgânica das mercadorias [...] o *território* se converte em mercadoria a partir da especulação fundiária atrelada ao capital fictício – com destaque para o adiantamento do seu uso (ABREU, 2016, p. 36).

A noção de território perpassa pela análise da produção do espaço, tendo em vista que é neste que se encontra sua consolidação. Assim seu entendimento, enquanto categoria analítica, na perspectiva materialista dialética, perpassa

pela abstração das estruturas e o funcionamento do modo de produção capitalista. Este, decisivamente, influi na produção do território enquanto lugar da materialização do capital (HARVEY, 2005; ABREU, 2016).

Portanto, pensar o território e sua apropriação no contexto do capitalismo maduro, situando-o como componente essencial dentro do circuito da produção e circulação, na qual o desenvolvimento das forças produtivas e a reorganização do modo de produção são permeados pela financeirização do capital, cujo objetivo é a exploração e acumulação ampliada da riqueza socialmente produzida, é a chave para abstrair os determinantes que engendram as contradições e disputas de coletivos com interesses adversos pelo uso e apropriação do território.

2. TERRITÓRIO COMO ELEMENTO DE EXPROPRIAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO CAPITALISTA: GRANDES PROJETOS E CONFLITOS EM BELÉM E BARCARENA NO PARÁ

A mercantilização do território na Amazônia é constituída por diversos processos que perpassam pelas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais, expressas em nível global. Para apanhar seu movimento é necessário olhar para a história e ser capaz de desvelar as contradições sociais sustentada na lógica do desenvolvimento de grandes projetos.

Na conjuntura do período pós-segunda Guerra Mundial (1939-1945), marcada pelo imperativo de reorganização da economia capitalista, os países cêntricos como os Estados Unidos adotam novos mecanismos para reestruturar suas bases hegemônicas de dominação política e econômica no mercado mundial, umas delas corresponde à redefinição da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como estratégia de expansão das fronteiras mundiais e integração dos mercados (FIALHO NASCIMENTO, 2006).

A reorganização da dinâmica do capital pela nova DIT remodelou as relações de ordem econômica e política entre os países, mas também significou a divisão socioespacial do trabalho, definindo o papel que cada país desempenha nesta nova conjuntura de mercado globalizado. Concernente a esse movimento global, Galeano (1987) versa que aos países retardatários conferem assumir a condição de subordinação aos países mais desenvolvidos

economicamente, no qual suas riquezas são alienadas. Nesse sentido, ressalta o autor:

[...]. Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializam em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. [...]. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os (GALEANO, 1987, p. 13).

Em termos de Brasil os rebatimentos da nova DIT fez exigir do Estado um sistema urbano industrial “moderno” para sustentar o mercado. Assevera Leal (2016), que a nova DIT exige entre outras medidas a industrialização dos países, que anterior à guerra encontrava-se no “estágio de economias agrárias”, para corresponder ao novo modelo de acumulação.

No contexto amazônico os rebatimentos da nova DIT impuseram ao território o fenômeno urbano a partir dos anos 1950, quando a intensificação da industrialização nas regiões sul e sudeste do Brasil, impondo à essa região uma dinâmica socioeconômica de exploração dos recursos naturais abundantemente distribuídos em sua extensão territorial de 50 mil quilômetros de rios navegáveis (LEAL, 2016; PICOLI, 2006).

De acordo com Leal (2016), o Golpe Militar – 1964-1985 consolida as bases para o processo de subordinação do Brasil aos ditames do capital monopolista, é quando se inicia uma série de intervenções políticas e econômicas para promover a industrialização e modernização do país às custas do capital internacional “[...] e o mais precioso deles era pôr a Amazônia ao alcance direto do capital” (2016, p. 92), cuja materialidade encontra-se na implementação de grandes projetos econômicos.

Para Loureiro (2014), a ocupação da Amazônia ocorreu primeiramente em razão das requisições do capital internacional, que vislumbrava fixar suas bases na região e assim assegurar o fornecimento das matérias primas as grandes indústrias e segundo pelo domínio geopolítico em

defesa do “vazio demográfico” da fronteira na região. É importante salientar que à integração da Amazônia a economia mundial não é exclusividade deste momento maduro do capital, mas perpassou por outros momentos históricos, desde o período da colonização, passando pelo golpe militar até a atualidade.

Dessa forma, a Amazônia passou a experimentar as modificações mais elementares na sua constituição territorial, com a abertura de suas fronteiras à dominação e exploração por projetos de desenvolvimento e proteção nacional. É diante deste cenário que o capital passa a exercer de forma mais acentuada o domínio político e ideológico sobre o território brasileiro, submetendo-o ao cumprimento de um papel fundamental dentro da hierarquia da DIT, na qual cabe ao país a tarefa de fornecer a força de trabalho e os meios de produção (recursos naturais) da Amazônia aos países considerados centros da economia.

No rastro destes grandes projetos o que prevaleceu foi a ocupação do território por grandes empresas nacionais e multinacionais e, sobretudo, a migração de contingentes de desempregados de diferentes regiões do país, dado, por exemplo, os impactos da seca na região Nordeste, e deslocamentos internos do campo para a cidade, movimentos provocados pela busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Este movimento migratório vai causar, de forma abrupta, o adensamento dos núcleos urbanos desprovidos de serviços e equipamentos coletivos para atender necessidades básicas, de educação, saúde, saneamento, habitação e trabalho para os que neles habitam (LOUREIRO, 2014).

Nesse processo, o Estado assume um papel essencial no que tange o avanço do capital sobre a região consolidando uma política de urbanização, tendo em vista fornecer um sistema logístico infraestrutural para a consolidação do capital no território, na produção de infraestrutura como rodovias, hidrelétricas, portos, equipamentos, e serviço coletivos, além de incentivar a implantação de projetos urbanísticos com efeitos significativos sobre o mercado imobiliário.

E neste sentido ressalta Cruz (2012), que a urbanização promovida pela ação estatal não considerou as particularidades e complexidades da

constituição do território amazônico enquanto um lugar portador de heterogeneidades e diversidades sociais. Em favor dos grandes projetos e empreendimentos, a urbanização acabou por reconfigurar a dinâmica econômica, política e social, alterando assim “[...] o modo de vida e organização do território, gerando novas disputas pelo lugar de morar, de trabalhar e de viver [...]” (2012, p.52).

Segundo Sá *et al* (2014), na Amazônia esse modelo de desenvolvimento econômico gerou diversos problemas ambientais, afetando as condições e modo de vida da população amazônica, acirrando as desigualdades sociais, nas quais:

[...] as expressões da ‘questão social’ na Amazônia reproduzem os interesses de uma sociedade globalizada que, por um lado, têm garantido as condições necessárias para a acumulação do capital com base na exploração intensiva dos recursos naturais dessa região e, por outro, esse processo é acompanhado pela instabilidade social do trabalho, da moradia, da renda salarial e das condições de vida de frações massivas das classes trabalhadoras (Sá *et al*, 2014, p.366-367).

Ainda segundo a autora, o capital vem sob o “arranjo contemporâneo das empresas multinacionais”, incorporando novos territórios, cujo objetivo consiste em explorar novas áreas para a obtenção de matérias primas para abastecer a produção, fazendo uso de uma ideologia de desenvolvimento para as nações retardatárias. Essas grandes multinacionais altamente tecnificadas, buscam se apropriar de territórios vantajosos, com a localização estratégica, “[...] dessa forma, os territórios vão sendo moldados à imagem e semelhança do grande capital” (CARVALHO, 2011, p.19).

No estado do Pará, as cidades de Belém e Barcarena vivenciam o processo de mercantilização de seus territórios a partir das novas estratégias de reprodução do capital materializadas de um lado pela intervenção pública municipal com o projeto Portal da Amazônia na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), em Belém, e do outro, pelos interesses privados de grandes empreendimentos de extração dos recursos minerais como é o caso do Projeto Caulim da empresa Imerys nas comunidades do Distrito Industrial em Barcarena.

2.1. Mercantilização e Conflito Territorial: A Ação dos Projetos de “Desenvolvimento” em Questão

Em Belém, capital do Pará a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em parceria com o Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na modalidade Urbanização de Favelas e também com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIS), lançam em 2005 o projeto Portal da Amazônia que compreende de um lado o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) e do outro lado o Projeto Orla, que para efeito desse trabalho será considerado Grande Projeto Urbano (GPU).

Por GPU entendemos as grandes intervenções urbanísticas que visam reestruturar e reconfigurar determinadas localidades estratégicas com altos investimentos em infraestrutura, agregando maior valor econômico ao território (CRUZ, 2012). Desde os anos 1990, a cidade de Belém vem passando por reconfigurações de GPU que objetivam revitalizar e valorizar as áreas centrais degradadas, áreas essas com grande potencial turístico, aproveitando a relação que os rios estabelecem com essa cidade, em que está implícito o aproveitamento da paisagem para atração do mercado imobiliário na região, visando fins lucrativos (CRUZ, 2012).

Considerando a abrangência da intervenção, tanto o projeto Orla quanto o PROMABEN juntos removeram um total de 2.129 entre moradias e comércios “[...] o que altera a vida de pelo menos dez mil pessoas diretamente” (MALHEIROS, 2009, p. 121). Segundo o Relatório de Levantamento Socioeconômico realizado pela Secretária Municipal de Habitação (SEHAB), em 2008, somente o Projeto Orla cadastrou e desapropriou 388 moradias, correspondente a 1.428 pessoas em oito vilas de casas e mais uma passagem denominada beira-mar.

Desses 388, somente 16 famílias foram remanejadas para a Unidade Habitacional da orla, o que tem motivado muita insatisfação e conflitos entre a Prefeitura de Belém e a população da estrada nova, que por não ter

sido contemplada até o presente momento com as unidades habitacionais, se encontram em auxílio aluguel no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) não correspondente ao valor imobiliário local devido à especulação na área.

O discurso oficial é de melhoria na qualidade de vida, as intervenções físicas do Projeto Portal da Amazônia estão interferindo diretamente no direito ao uso e apropriação do território das populações locais, porquanto para a implementação e execução destes GPU “[...] prevê-se a eliminação de barreiras entre a cidade e o Rio Guamá [...]” (BELÉM, 2007, p. 05).

Em Barcarena que faz parte da mesorregião metropolitana de Belém e, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), possui uma população de 118.537 habitantes e uma área territorial de 1.310,588 km². Atualmente caracteriza-se como um importante polo industrial responsável pela industrialização e beneficiamento de minerais como caulim, alumina, alumínio por empresas multinacionais.

As empresas transnacionais Pará Pigmentos (propriedade da Vale) e a Rio Capim Caulim (propriedade da Imerys) que exploravam caulim nos municípios do nordeste paraense, como São Domingos do Capim e Ipixuna do Pará, conforme Hazeu (2015), passaram a se instalar no Distrito Industrial de Barcarena com o intuito de construir fábricas e bacias, tendo em vista que o município também apresentava uma localização estratégica para a implementação de portos, facilitando o escoamento da produção.

A empresa Imerys opera no estado do Pará desde 1996, é responsável por fornecer caulim para indústria papelreira internacional. No ano de 2010, a empresa adquiriu a Pará Pigmentos S.A. (PSSA), que pertencia ao Grupo Vale. Com a duplicação da sua estrutura, a Imerys passou a ter a maior planta de beneficiamento de caulim do mundo, representando 71% de participação na produção de caulim no país.

Com a implantação do complexo portuário-industrial de Caulim, identificam-se dois períodos diferentes do deslocamento compulsório. O primeiro corresponde ao deslocamento de 79 famílias nos anos de 1993 à 2004 com a instalação das empresas Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, enquanto

que no segundo período de deslocamentos foram 16 famílias deslocadas entre os anos de 2010 à 2015. É importante ressaltar que o último período indica o deslocamento compulsório causado pela Imerys, quando já havia incorporado às empresas Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos (HAZEU, 2015).

O deslocamento, desapropriação e o remanejamento são ações necessárias dentro da lógica do “desenvolvimento capitalista”, tendo em vista que as áreas ocupadas pelas populações locais são agora atrativas para o mercado, seja o mercado imobiliário e a indústria do turismo de massa, em Belém, seja para os grandes empresários da mineração, que disputam, se apropriam e reconfiguram o território usado, transformando-o em benefício do capital. Deste modo, esses territórios passam a ser objeto de conflitos envolvendo representantes do Estado, do mercado e populações locais. Estas historicamente se formaram a partir de uma dinâmica sociocultural com raiz própria da Amazônia em que a vida é determinada na relação com a natureza, envolvendo florestas, águas e diversidade étnica, mesmo no caso de Belém com o status de capital e, portanto, grande território urbanizado, os hábitos culturais perpassam o cotidiano das populações historicamente fixadas nos territórios agredidos pelos GPU.

Os conflitos identificados na pesquisa apontam que o processo de mercantilização em Belém e Barcarena submete as populações locais em condições de invisibilidade de seus direitos sociais como a perda da terra e aguçam os efeitos da segregação social.

Em Belém os conflitos constatados são: à remoção e desapropriação das moradias e comércios de farinha e açaí que obstruiu as estratégias de trabalho e renda, o valor e atraso do auxílio-aluguel que tem gerado muita insatisfação sendo insuficiente comparado ao do valor de mercado da moradia, sendo que os alugueis na área sofreram grande reajuste a partir da obra chegando ao valor de R\$700,00 (setecentos reais), o custo de vida aumentou de modo geral, com isso os moradores mudam constantemente de lugar para o outro, a remoção do único posto de saúde, o aumento da violência e do tráfico de drogas, e a desarticulação dos laços familiares e de

vizinhança, no qual muitas famílias acabaram se dispersando para outros bairros e cidades do interior, o que dificultou a mobilização na comunidade.

Em Barcarena os conflitos são decorrentes as ações dos deslocamentos compulsório das comunidades e com a perda de suas terras. Os acidentes ambientais provocados pela Imerys, também vem se constituindo em objetos de conflitos e indignação, pois, há sérios impactos nas micro-bacias hidrográficas do rio das Cobras, rio Dendê, igarapé Curuperé e no igarapé Maricá, nos quais se verifica o derramamento de grande quantidade de rejeitos de caulim, contaminação do lençol freático e lançamento excessivo de fuligem prejudicando as condições de vida e trabalho dos moradores que dependem da pesca e da agricultura familiar.

Em contrapartida ao avanço do capital nos territórios, estes sujeitos encontram formas de resistir e de se fortalecer a partir da organização social em centro comunitário, associação de moradores, movimentos sociais com o apoio de Organização Não Governamental (ONG), Instituições Públicas de defesa dos direitos sociais e de pesquisadores vinculados aos projetos de extensão universitária e de pesquisas científicas da UFPA.

A associação de Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA) e o Centro Comunitário Osvaldo de Caldas Brito (CCOCB) questionam o *modus operandi* do projeto Portal da Amazônia com relação à execução arbitrária do empreendimento, a falta de informações e esclarecimentos sobre o projeto, o que os impossibilita de exercerem uma participação efetiva no projeto.

Deste modo, o CCOCB e a AMPPA conjuntamente com o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU)⁴ desenvolveram um dossiê contendo diversos documentos que expressam as reivindicações e solicitações referentes a questão das moradias e auxílio-aluguel, tais como ofícios, atas de reuniões, abaixo assinados entre outros oficializados desde o ano de 2011,

⁴ O PARU é um programa de extensão universitária criado em 1981 por um grupo de professores da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O programa atua na área da reforma urbana com o objetivo de assessorar e capacitar as lideranças comunitárias de Belém, contribuindo para fortalecer as estratégias de luta pelo Direito à Cidade. Nos últimos anos, o PARU vem exercendo um trabalho de assessoria com as organizações populares das bacias do Tucunduba, UNA e Estrada Nova que sofrem os impactos de grandes intervenções urbanas.

direcionados aos órgãos públicos responsáveis pelo Portal da Amazônia e ao Ministério Público do Estado do Pará.

O dossiê foi apresentado em uma Audiência Pública no dia 28 de junho de 2017 na Ordem dos Advogados do Brasil - sessão Pará (OAB-PA), no qual os moradores relataram suas reivindicações ao representante da SEHAB, demandaram o reajuste do auxílio-aluguel e a retomada das obras dos conjuntos habitacionais, que até hoje não foram concluídas.

O Movimento Barcarena Livre (MBL) surgiu em abril de 2016, a partir da realização de dois seminários sobre os desastres da mineração⁵, que ocorreram em Belém e Barcarena, organizado por moradores, lideranças comunitárias, representantes de sindicatos em conjunto com professores e pesquisadores da UFPA. O objetivo principal do Movimento é a luta por uma Barcarena livre de poluição, exploração, repressão dos direitos humanos pelos direitos territoriais, sociais, econômicos, políticos e culturais por meio da criação de estratégias de mobilização coletiva.

O MBL realiza diversas reuniões nas comunidades com o intuito de promover a articulação e o fortalecimento entre as lideranças e criar estratégias de luta frente o descaso do Estado face as suas reivindicações. Tais ações são realizadas em conjunto com o Projeto mapeamento social, vinculado ao curso de Serviço Social da UFPA, na comunidade Curuperé/Nova Vida no município de Barcarena.

Para obter certificados internacionais de qualidade a multinacional Imerys tem investido em ações de “responsabilidade social”, para isso a empresa realizou um evento chamado Expedição Imerys no Museu de Artes Sacras que teve por objetivo apoiar o desenvolvimento da fotografia e promover a ampliação do conhecimento sobre a Casa Imerys, principal projeto social da mineradora no Pará. De acordo com a empresa, a Casa Imerys dá uma opção aos jovens, idosos e crianças de

⁵ O seminário desastre da mineração: Pará e Minas realizado nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016 no auditório do Campus Básico da UFPA e o II seminários desastres da mineração: Barcarena/PA realizado no dia 06 de maio de 2016 no salão da Paróquia São José na Vila dos Cabanos em Barcarena.

Barcarena através de aulas de dança até cursos de secretariado e teria atendido mais que 10 mil pessoas em cinco anos.

Contrário à exposição da Imerys representantes do MBL se reuniram e elaboraram uma contra exposição intitulada “Imerys na Comunidade” em frente ao Museu de Artes Sacras em 26 de julho de 2017 na cidade de Belém, como mecanismo de denunciar com fotos, cartazes, banners, boletins e informações sobre os impactos desastrosos da indústria de caulim da empresa em Barcarena. Objetivou-se também mobilizar a população e a imprensa para exigir o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades impactadas pela empresa, indenizações por danos sofridos, fechamento de operações de alto risco, implantação de sistemas de controle e produção que evitem qualquer contaminação da natureza e a despoluição dos rios e igarapés contaminados ao longo das operações da Imerys no Pará (BARCARENA LIVRE, 2017).

Dessa forma, a resistência se faz presente e viva pelos coletivos sociais que protagonizam um importante papel na luta pelo direito ao uso e apropriação do território nas cidades amazônicas, reivindicam uma atuação participativa nos planos e planejamento dos grandes projetos e nas políticas públicas sobre o uso do território, cujas principais demandas são o direito à terra e à moradia.

3. Considerações Finais

A Amazônia carrega cicatrizes profundas de um processo degradante de subordinação aos ditames do grande capital, que na contemporaneidade produzem sempre novas expressões da “Questão Social”, “[...] Isso porque quando o capital penetra na Amazônia subverte a lógica da vida social, ao transformar a terra em mercadoria e retirar do homem as condições materiais de (re)produção de sua existência” (SÁ; FIALHO NASCIMENTO, 2012, p. 202).

No estado do Pará, os municípios de Belém e Barcarena vivenciam a mercantilização de seus territórios a partir das novas estratégias de reprodução

do capital materializadas de um lado pela intervenção pública municipal com o projeto Portal da Amazônia, e do outro, pelos interesses privados de grandes empreendimentos de extração dos recursos minerais com o Projeto Caulim representado pela empresa Imerys.

Seja de caráter público ou privado, tais intervenções vêm afetando diretamente o modo de vida das populações locais, uma vez que as ações empreendidas por esses agentes hegemônicos em consonância com o domínio do Estado, criam as estruturas jurídicas e ideológicas dentro de uma lógica de “desenvolvimento” econômico, que passa a determinar as novas dinâmicas e regras do uso do solo.

Dessa forma, ao mercantilizar os territórios, o capital determina quem pode usufruir e se apropriar do seu uso, reproduzindo uma dinâmica segregadora. Assim as necessidades básicas e os direitos sociais das populações locais ficam em segundo plano, a exemplo do direito ao saneamento básico e ambiental, à saúde pública e, sobretudo, o direito à moradia. Neste sentido, a integração da Amazônia brasileira às dinâmicas da acumulação capitalista mundial e sua consolidação enquanto fronteira econômica torna o território um campo de conflitos.

Em contrapartida ao avanço do capital nos territórios, os sujeitos atingidos encontram formas de resistência. Identifica-se, sobretudo, a articulação entre moradores, lideranças e entidades na luta pelo direito ao território, apresentando como estratégia a reivindicação por uma participação mais efetiva no planejamento do poder público.

Em síntese, as contradições produzidas no cerne da sociedade burguesa e as classes sociais em luta numa região marcada historicamente por disputas e conflitos sociais que objetivam defender o território da sanha capitalista são materializadas no *modus operandi* de expropriação, deslocamento, exploração de bens econômicos, aniquilam a ancestralidade de povos e culturas amazônicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo.** Campinas: Papel Social, 2016.

BARCARENA LIVRE. **Carta Aberta sobre a III Conferência Municipal das Cidades em Barcarena-PA.** Disponível em: <<http://culturadigital.br/barcarenalivre/>> Acesso em: 15 ago. 2017.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Estudo de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN.** Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

BRASIL. **Censo Demográfico, 2010. IBGE.** Acesso em 12 de Maio de 2016.

CARVALHO, Guilherme. Elementos para analisar os grandes projetos de infraestrutura na Amazônia. In: CAMPOS, Luiz Arnaldo; MONTEIRO, Dion. (Org.). **Amazônia: Olhares inquietos na floresta.** Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus.** Tese (doutorado)– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, 2012.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: Elementos Para Uma Compreensão Da “Questão Social” Na Região,** 2006. Tese Doutorado em Serviço Social Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HAZEU, Marcel Theodoor. **O Não Lugar Do Outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena,** Ano de obtenção: 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

IMERYS NO PARÁ. Disponível em: <<http://www.imerysnopara.com.br>>. Acesso em: 18fev. 2017.

LEAL, Aluizio Lins. A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia. **Revista Políticas Públicas,** São Luís, nº especial, p.85-103, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital.** Rio de Janeiro: Dp&a, 2001.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem, natureza. 3.ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. vol. I. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. **Portos, portas e postais**: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. 187f. Dissertação (Mestrado)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidade e Campo, Urbano e Rural: O substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, Sara; FERNANDES, Ana. (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. Acumulação de Capital e Cidades na Amazônia: Produção de riquezas e negação de direitos sociais. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. (Org.). **O avesso dos Direitos**: Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

_____; FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro Cruz; CARDOSO, Welson de Sousa. Desenvolvimento e desigualdades na Amazônia contemporânea. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima. (Org.). **Sociedade, Campo Social e Espaço Público**. Belém: NAEA, 2014.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). 5. ed. **Território**: Globalização e Fragmentação. 2006.

_____. (et.al). **Território, Territórios**: Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.